10.58876/rbbd.2026.2212140

Biblioteca escolar brasileira: dissonâncias entre ideal e realidade

Brazilian school library: dissonances between ideal and reality

Wanderlice da Silva Assis
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).
E-mail: wanderlice.assis@ufms.br

RESUMO

Ao destacar a profunda dissonância entre o ideal de seu potencial transformador e a realidade institucional, este artigo analisa a complexa trajetória da biblioteca escolar no cenário educacional brasileiro, seu fundamental papel pedagógico e os desafios históricos e estruturais que persistentemente dificultam sua plena efetivação. Por meio de uma revisão da trajetória histórica, desde suas origens até a consolidação conceitual contemporânea – amparada por diretrizes como as da IFLA/UNESCO –, evidencia-se o ideal da biblioteca como um epicentro de aprendizagem, vital para o fomento à leitura crítica, o desenvolvimento da competência informacional e o apoio ao currículo. Sua intrínseca articulação pedagógica é destacada como elemento central na construção de conhecimento e autonomia do aluno. No entanto, o estudo detalha a "miséria" da biblioteca escolar no Brasil, caracterizada por infraestrutura inadequada, acervos desatualizados, carência de profissionais qualificados, desarticulação com as práticas pedagógicas**.** A análise das inconsistências nas políticas públicas e dos obstáculos na implementação da Lei nº 12.244/2010 é aprofundada, revelando que, mesmo após o prazo de universalização, persistem desafios como a fragmentação das discussões, a carência de bibliotecários e a falta de articulação intersetorial, impedindo sua concretização plena. Argumenta-se que a superação dessa dissonância exige um compromisso sistêmico e integrado de todos os atores educacionais. Conclui-se pela urgência de ações concretas e investimentos robustos para que a biblioteca escolar possa, de fato, exercer seu potencial transformador na formação de alunos críticos, autônomos e cidadãos plenos, contribuindo significativamente para a qualidade da educação no país.

Palavras–chave: Biblioteca escolar. Educação brasileira. Desafios da biblioteca escolar.

ABSTRACT

By emphasizing the profound dissonance between the ideal of its transformative potential and its institutional reality, this article analyzes the complex trajectory of the school library within the Brazilian educational scenario, its fundamental pedagogical role, and the historical and structural challenges that persistently hinder its full effectiveness. Through a review of its historical path, from its origins to its contemporary conceptual consolidation – supported by guidelines such as those from IFLA/UNESCO – the ideal of the library as an epicenter of learning is highlighted, vital for promoting critical reading, developing information literacy, and supporting the curriculum. Its intrinsic pedagogical articulation is emphasized as a central element in the construction of knowledge and student autonomy. However, the study details the "misery" of school libraries in Brazil, characterized by inadequate infrastructure, outdated collections, a lack of qualified professionals, and a disconnection from pedagogical practices. The analysis of inconsistencies in public policies and obstacles in the implementation of Law No. 12.244/2010 is deepened, revealing that even after the universalization deadline, challenges such as fragmented discussions, a shortage of librarians, and a lack of intersectoral articulation persist, preventing its full realization. It is argued that overcoming this dissonance requires a systemic and integrated commitment from all educational

stakeholders. The conclusion underscores the urgency of concrete actions and robust investments so that the school library can, indeed, exercise its transformative potential in fostering critical, autonomous students and full citizens, thereby significantly contributing to the quality of education in the country.

Keywords: School library. Brazilian education. School library challenges.

1 INTRODUÇÃO

No panorama educacional contemporâneo, a educação transcende a mera transmissão de conteúdos para se configurar como um direito inalienável e um pilar fundamental para o desenvolvimento pleno da cidadania. Nesse contexto, a biblioteca escolar não se apresenta como um mero apêndice, mas como uma parte fundamental e indispensável do sistema educacional de uma nação, um espaço vital para a organização e disponibilização de recursos informacionais diversificados à comunidade educativa. Este artigo parte da premissa de que, apesar de um reconhecimento histórico e conceitual crescente sobre a fundamental importância pedagógica da biblioteca escolar — que se manifesta como um espaço vital para o fomento à leitura, o desenvolvimento da competência informacional, o apoio ao currículo, a promoção de vivências empáticas e humanizadoras, e sua intrínseca capacidade de articulação pedagógica com as práticas de sala de aula — a sua efetivação no cenário educacional brasileiro é persistentemente minada por desafios estruturais, políticos e de gestão.

Defende-se, portanto, a tese de que esta dissonância entre o papel idealizado da biblioteca escolar e sua realidade prática está relacionada, sobretudo, à histórica descontinuidade nas políticas públicas e à fragilidade de sua valorização como espaço pedagógico central, em um cenário também marcado pela escassez de recursos. Essa constatação é particularmente evidente nos obstáculos à universalização da Lei nº 12.244/2010. A referida lei foi alterada pela Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024, que modificou a definição de biblioteca escolar e criou o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). A nova legislação passou a definir a biblioteca escolar como equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo, atribuindo-lhe funções relacionadas à democratização do acesso à informação e ao conhecimento, ao desenvolvimento de habilidades e competências e à integração ao processo de ensino-aprendizagem (Brasil, 2024). A alteração amplia a concepção legal da biblioteca escolar, que passa a ser reconhecida não apenas pela existência e organização de seu acervo, mas também por sua função educativa, cultural e pedagógica. Esses

obstáculos manifestam-se na persistência de discussões fragmentadas sobre sua implementação, na carência de bibliotecários qualificados e na desarticulação intersetorial, conforme evidenciado em estudos recentes que analisam a situação pós-prazo de universalização (Kafer; Vieira, 2024). Estudo realizado na rede pública estadual do Rio Grande do Norte reforça esse diagnóstico ao identificar condições precárias de gestão, serviços, acervos, equipamentos e infraestrutura, além da ausência de bibliotecários, evidenciando a distância entre a previsão legal e a realidade das bibliotecas escolares (Tanus, 2025). É urgente, assim, a necessidade de ações concretas e um compromisso real para transformar a biblioteca escolar de um ideal distante em uma realidade funcional e impactante na educação brasileira.

Para desenvolver este argumento, o presente estudo empreende uma análise crítica da trajetória histórica das bibliotecas escolares no Brasil e de sua intrínseca interação com o processo de ensino-aprendizagem. Inicialmente, será explorada a evolução histórica e a consolidação conceitual da biblioteca escolar no Brasil, desde os primórdios das bibliotecas escolares nos colégios jesuítas até as diretrizes contemporâneas que formalizam seu papel ideal, como os manifestos e diretrizes da IFLA/UNESCO. Em seguida, o artigo se debruça sobre a persistente dissonância entre esse ideal e a prática, detalhando os desafios estruturais da biblioteca escolar brasileira, que incluem infraestrutura precária, escassez de acervos atualizados, ausência de profissionais qualificados, desarticulação pedagógica com o currículo e a complexa questão da implementação do marco legal das bibliotecas escolares. Finalmente, o texto se aprofunda na discussão da biblioteca escolar como epicentro pedagógico, detalhando suas funções essenciais e a interação fundamental com o processo de ensino-aprendizagem, com foco no fomento à cultura da leitura e à competência informacional, no suporte ao desenvolvimento curricular e à aprendizagem investigativa, e na crucial articulação com professores e a comunidade escolar. Essa análise multifacetada busca evidenciar não apenas a importância pedagógica da biblioteca, mas também os caminhos necessários para sua plena integração e valorização no sistema educacional brasileiro.

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E CONSOLIDAÇÃO CONCEITUAL DA BIBLIOTECA ESCOLAR NO BRASIL

A configuração atual das bibliotecas escolares no Brasil somente pode ser plenamente compreendida por meio de uma incursão detalhada em sua gênese e evolução

histórica. Essa trajetória se entrelaça indissociavelmente com o desenvolvimento do próprio sistema educacional brasileiro, um aspecto fundamental para qualquer análise aprofundada da área.

2.1 OS PRIMÓRDIOS: A ERA JESUÍTICA E O PERÍODO COLONIAL

As primeiras bibliotecas com propósito educativo no Brasil surgiram no período colonial, associadas aos colégios da Companhia de Jesus, estabelecidos a partir de 1549. Nesses colégios, a leitura e o acesso a acervos eram fundamentais para o processo formativo e doutrinário. Leite (1938, Tomo II, livro V, cap. I) descreve as bibliotecas jesuíticas como espaços de referência imprescindíveis para a preparação de aulas e sermões. Os livros, essenciais para a catequese e a formação religiosa e intelectual, permitiam o aprofundamento nos estudos teológicos e humanísticos. A leitura e o uso de livros eram, portanto, parte integrante da formação oferecida pela ordem. Leite (1938, Tomo V, livro I, cap. IV) também ressalta que os colégios jesuítas em Salvador, Olinda, Rio de Janeiro e São Luís possuíam acervos volumosos e significativos, evidenciando o papel central do livro e da leitura na educação da época. Apesar de não se enquadrarem na concepção moderna de biblioteca escolar, por serem restritos e voltados principalmente à formação dos membros da ordem e das elites coloniais, esses espaços representam os primeiros registros de organização e uso sistemático de materiais bibliográficos com finalidade pedagógica no Brasil.

A expulsão dos jesuítas em 1759, por ordem do Marquês de Pombal, teve um impacto devastador sobre esses acervos, que foram dispersos e, em grande parte, perdidos ou desorganizados. Esse evento marcou um período de profunda descontinuidade e esvaziamento institucional em relação às bibliotecas com função educacional. Essa ruptura abrupta não apenas significou a perda material de coleções valiosas, mas pode ter contribuído para sedimentar uma frágil percepção sobre o valor estratégico das bibliotecas no desenvolvimento educacional subsequente do país, dificultando a consolidação de políticas e práticas consistentes para esses espaços por um longo período. A recuperação dessa função só se iniciaria de forma incipiente muito tempo depois.

Segundo Assis (2014), com a chegada de D. João VI ao Brasil (1808), multiplicaram-se iniciativas relevantes no campo da cultura e da educação: a fundação dos cursos médico-cirúrgicos na Bahia (1808) e no Rio de Janeiro (1809), dos cursos de agricultura,

também na Bahia (1812) e no Rio de Janeiro (1814); a organização de um gabinete de Química, na Corte (1812), e o início do ensino dessa ciência na Bahia, com a criação de uma cadeira isolada (1817); a criação da cadeira e de aula prática de Economia Política (1808); a instituição da Imprensa Régia (1808), do Museu Real (1818) e do Jardim Botânico (1810); e a inauguração da Biblioteca Pública (1810).

Em um desenvolvimento político crucial[1], em 3 de junho de 1822, o príncipe regente, D. Pedro, convocou a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, composta pelos representantes das províncias do Brasil, um passo decisivo em direção a uma nova realidade política dominada pelo pensamento liberal e constitucionalista. No discurso inaugural da Assembleia Constituinte, em 3 de maio de 1823, D. Pedro I relatou seus esforços na promoção dos estudos públicos, mencionando a necessidade de legislação particular e destacando: "Comprou-se para engrandecimento da Biblioteca Publica uma grande collecção de livros dos de melhor escolha; augmentou-se o numero de escolas conhecendo a vantagem do ensino mutuo também fiz abrir uma escola pelo methodo Lancasteriano" (Annaes, 1874, p. 15). A biblioteca pública referida era a Real Biblioteca, trazida por D. João VI em 1808, que deu origem à atual Biblioteca Nacional. Os parâmetros para a legislação educacional ficaram a cargo da Comissão de Instrução Pública da Assembleia, que buscou propostas para um sistema de escolas públicas, embora seus esforços não tenham se concretizado plenamente antes da dissolução da Assembleia (Chizzotti, 2005, p. 37-43).

Após a dissolução da Assembleia Constituinte em novembro de 1823, um Conselho de Estado foi nomeado para redigir um texto constitucional (Brasil, 1887). Menos de um mês depois, em 11 de dezembro de 1823, D. Pedro I apresentou a Primeira Constituição do Brasil, outorgada em 25 de março de 1824. Essa Constituição criou as Assembleias provinciais com poder para legislar sobre a instrução pública, entre outros assuntos. No entanto, no que tange à educação em nível nacional, o documento continha apenas dois dispositivos no art. 179: o princípio da gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos (alínea 32) e a referência ao ensino das ciências, belas letras e artes em colégios e universidades (alínea 33) (Brasil, 1886, p. 35), não se aprofundando em questões de infraestrutura educacional como bibliotecas, o que reforça a ideia de que a ausência de

[1] Em 1821, D. João VI partiu para Portugal e deixou o Brasil entregue a seu filho, o príncipe D. Pedro. Em 7 de setembro de 1822, este tornou-se o primeiro imperador do Brasil (1822-1831) ao declarar o país independente de Portugal, recebendo o título de D. Pedro I. Em razão da oposição e de uma reação popular, abdicou ao trono do Brasil em favor de seu filho Pedro (1831). (Fausto, 2001).

um suporte institucional formal para esses espaços educativos já se manifestava desde os primórdios da nação independente.

Contudo, um marco fundamental surge pouco depois, em 31 de janeiro de 1838, quando o Governo Imperial baixou o Regulamento nº 8, que continha os estatutos para o Imperial Collegio de Pedro II, com o objetivo de instituir, ordenar e normatizar toda a estrutura administrativa e pedagógica da instituição. Este documento é reconhecido como o primeiro a explicitar e descrever a biblioteca escolar na legislação brasileira. Dedicando um capítulo específico à biblioteca ("Capitulo XXIV, Da Bibliotheca, e das Collecções Scientificas"), o regulamento previa sua existência e funcionamento, embora de forma incipiente e com características próprias da época.

Segundo a análise de Assis (2014), o regulamento determinava que o Colégio deveria ter uma biblioteca, cuja seleção do conteúdo do acervo ficava a cargo do Reitor, com aprovação do Ministério do Império, evidenciando um controle direto sobre as obras disponíveis. A organização da biblioteca previa a elaboração de um catálogo, que deveria ser feito em duplicata: um exemplar permanecia com o Reitor, sendo "verificado" anualmente pelo Vice-Reitor, enquanto o outro era entregue ao Ministro do Império. A duplicidade desse catálogo, portanto, sugere a intenção de manter o Ministério informado sobre o acervo, possivelmente para orientar futuras aquisições de obras para a biblioteca.

Em relação aos recursos humanos, o regulamento não previa a necessidade de um profissional especializado para a gestão da biblioteca. O termo "bibliothecario" aparece no Art. 152, mas designava um funcionário que acumulava a função de responsável pelos serviços do Gabinete de Física. Já a manutenção geral da biblioteca ficava sob a responsabilidade de um "empregado", subordinado ao Vice-Reitor. Essa ausência de um bibliotecário profissional pode ser explicada pelo fato de que, na época, a profissão de bibliotecário ainda não era regulamentada no Brasil: o curso de Biblioteconomia só foi criado em 1911, na Biblioteca Nacional, com início das atividades em 1915.

As atividades da biblioteca, de forma bastante limitada, restringiam-se basicamente ao empréstimo de livros, permitido aos "Empregados" do colégio, sob sua responsabilidade, e aos alunos, mediante licença escrita do Vice-Reitor, com prazo de oito dias, renovável. Apesar dessas limitações e do acesso restrito, a presença da biblioteca no regulamento já sinalizava sua importância como parte do projeto educacional da instituição, ainda que o conceito de biblioteca escolar estivesse apenas começando a se estruturar.

Continuando a análise da evolução legislativa, um marco significativo no tratamento da biblioteca escolar foi a Reforma Epitácio Pessoa, consolidada principalmente pelo Decreto nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901. Este foi o primeiro decreto a dedicar uma atenção integral à biblioteca escolar, com 28 artigos especificamente voltados a ela (Assis, 2014).

A referida reforma delineava aspectos cruciais para o funcionamento desses espaços. Os usuários eram o corpo de professores e os alunos, sendo o acesso também franqueado a outras pessoas consideradas "decentes", embora estas últimas e os alunos tivessem acesso a uma sala contígua com os catálogos, indicando um sistema de acervo fechado. O acervo deveria ser composto por livros, mapas, memórias e outros impressos ou manuscritos pertinentes ao conteúdo ministrado, evidenciando uma preocupação com a interação entre biblioteca e currículo escolar. A aquisição de novas obras era fomentada por indicações dos professores e por doações, devidamente registradas (Assis, 2014).

Quanto à organização, o decreto previa a elaboração de quatro tipos de catálogos (por assunto, autor, dicionários e publicações periódicas), que deveriam seguir os sistemas das "bibliothecas mais adeantadas" da época. Os livros, devidamente etiquetados, seriam dispostos nas estantes em ordem numérica, caracterizando um sistema de localização fixa. Os recursos humanos da biblioteca incluíam bibliotecários e sub-bibliotecários, nomeados pelo Diretor do estabelecimento, podendo contar ainda com amanuense, bedel e servente. O bibliotecário tinha múltiplas competências, como propor aquisições (consultando catálogos de livrarias, inclusive internacionais), atender aos usuários, e apresentar relatórios anuais sobre os trabalhos e o estado da biblioteca, além de orçamentos.

No que tange às atividades e serviços, a legislação era restritiva, pois o Art. 267 do decreto explicitava que nenhum material sairia da biblioteca, indicando a ausência de serviço de empréstimo e a limitação à consulta local. Apesar dessas restrições, a Reforma Epitácio Pessoa conferiu à biblioteca escolar uma normatização detalhada quanto ao seu funcionamento, reforçando sua importância no contexto educacional da época (Assis, 2014).

Esse cenário, no entanto, viria a ser gradualmente modificado ao longo do século XX, quando a ideia de biblioteca escolar passa a incorporar novos conceitos e práticas, embora muitos desafios ainda persistissem.

2.2 O SÉCULO XX: AVANÇOS CONCEITUAIS E A PERSISTÊNCIA DOS DESAFIOS DA BIBLIOTECA ESCOLAR NO BRASIL

A partir do século XIX, e de forma mais acentuada nas primeiras décadas do século XX, impulsionada pelos movimentos de renovação pedagógica – a exemplo da Escola Nova, que preconizava a centralidade do aluno e a necessidade de recursos didáticos diversificados – a concepção de biblioteca escolar como um espaço pedagógico integrado ao currículo começou a ganhar relevância no discurso educacional brasileiro. Contudo, é crucial ponderar que, apesar do avanço conceitual impulsionado por esses ideais progressistas, a tradução dessa relevância em práticas generalizadas e em investimentos consistentes nas bibliotecas escolares encontrou barreiras significativas. Essas podem ter incluído desde a persistência de modelos de ensino tradicionais e a falta de priorização política e orçamentária, até a escassez de profissionais preparados para dinamizar esses novos espaços pedagógicos, limitando o alcance efetivo dessas inovações no cotidiano da maioria das escolas.

Educadores como Rui Barbosa e Fernando de Azevedo, ao defenderem a modernização da educação, contribuíram significativamente para a inclusão da biblioteca no ideário educacional. Polke (1973) já discutia o papel fundamental da biblioteca escolar na formação de hábitos de leitura, e Lourenço Filho (1946), em sua conferência "O Ensino e a Biblioteca", proferida em 1944, reforçava essa visão precursora da integração entre ensino e recursos bibliográficos.

Apesar desses importantes avanços conceituais, a realidade das bibliotecas escolares no país frequentemente refletia problemas mais amplos da educação escolar, e a biblioteca muitas vezes era negligenciada como um espaço capaz de dinamizar a prática pedagógica e fomentar a descoberta. Mesmo assim, a discussão sobre sua importância persistia na literatura acadêmica e algumas iniciativas governamentais de fomento à leitura surgiram na década de 1990. Essas iniciativas e o debate contínuo evidenciavam a necessidade de um marco mais robusto que orientasse políticas e práticas em nível nacional e internacional.

Nesse contexto de busca por um reconhecimento mais formalizado e por diretrizes claras, o Manifesto IFLA/UNESCO sobre a Biblioteca Escolar, publicado em 1999, surgiu como um divisor de águas, consolidando o entendimento internacional do papel fundamental dessa instituição. Este documento não apenas define a biblioteca escolar como um centro de informação e conhecimento para toda a comunidade escolar, mas

também delineia suas múltiplas funções e objetivos. Entre as diretrizes estabelecidas, o Manifesto enfatiza que a biblioteca deve atuar no apoio e potencialização dos objetivos educacionais, no desenvolvimento do currículo, e no incentivo ao hábito e prazer da leitura e da aprendizagem autônoma ao longo da vida dos alunos. Além disso, preconiza que a biblioteca ofereça oportunidades para a produção e utilização crítica da informação, instruindo sobre habilidades de avaliação em qualquer formato, incluindo a proficiência digital. Propõe ainda que seja um espaço para proporcionar acesso a recursos de aprendizagem em diversas escalas (locais a globais) e para organizar atividades que promovam o desenvolvimento da consciência cultural e social dos alunos.

Desse modo, o século XX consolidou a compreensão da biblioteca escolar não apenas como um depósito de livros, mas como um elemento curricular ativo e um centro dinâmico de recursos e serviços, indispensável para a formação integral do aluno e o suporte pedagógico. Este avanço conceitual e normativo, contudo, contrasta de forma marcante com os desafios persistentes que essa instituição enfrenta na realidade brasileira.

Apesar da consolidação conceitual e do reconhecimento formal da importância da biblioteca escolar, evidenciados inclusive por robustas diretrizes internacionais como as da IFLA/UNESCO, a realidade brasileira tem sido historicamente marcada por uma persistente defasagem entre o ideal e o praticado. Essa dissonância, aliás, não é um fenômeno recente. Assis (2014, p. 63) aponta um contraste significativo entre as prescrições legais, que por vezes detalhavam a organização e função da biblioteca escolar, e o "silêncio revelador" dos arquivos escolares da época quanto à efetiva materialização e funcionamento desses espaços. Essa constatação histórica sugere que a dificuldade em traduzir o ideal normativo em prática efetiva é uma característica de longa data no percurso das bibliotecas escolares no país.

Diante desse pano de fundo histórico, a "miséria da biblioteca escolar" no contexto contemporâneo, expressão cunhada por Silva (2003), permanece uma constatação alarmantemente atual. Essa "miséria" revela um conjunto de deficiências que comprometem a funcionalidade da biblioteca escolar e seu potencial pedagógico. Frequentemente, essa realidade contrasta com a visão de biblioteca como um espaço dinâmico e integrado ao processo educativo, sendo por vezes reduzida, na prática e até em certas conceituações mais restritas, à concepção estabelecida na redação original do art. 2º da Lei nº 12.244/2010, que a definia como "coleção de livros, materiais

videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura" (Brasil, 2010, art. 2º). Essa definição foi substituída pela Lei nº 14.837/2024, que passou a reconhecer a biblioteca escolar como equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo, integrado ao processo de ensino-aprendizagem (Brasil, 2024, art. 1º).

Esse quadro não surpreende quando se considera um dos obstáculos mais visíveis: a infraestrutura inadequada. Muitas escolas carecem de espaços físicos adequados para bibliotecas, e quando esses espaços existem, são frequentemente improvisados. Suas dimensões reduzidas, iluminação deficiente, ventilação precária e mobiliário inadequado não proporcionam as condições mínimas necessárias para um ambiente propício à leitura, estudo e pesquisa. Tal situação desestimula a permanência e o uso efetivo do espaço por parte de alunos e professores, limitando a biblioteca a uma função meramente decorativa ou de depósito.

Paralelamente, a problemática dos acervos desatualizados e insuficientes é latente. É comum encontrar coleções compostas por livros obsoletos, tematicamente desinteressantes ou inadequadas às faixas etárias e aos interesses pedagógicos dos alunos. Observa-se uma notável falta de diversidade de gêneros e formatos – incluindo materiais audiovisuais e digitais, essenciais no contexto informacional contemporâneo – o que impede a biblioteca de atender às demandas curriculares e às necessidades informacionais atuais da comunidade escolar.

A ausência ou desqualificação profissional representa outra grave lacuna. A carência de bibliotecários com formação específica e qualificação para gerenciar e dinamizar a biblioteca é um dos maiores entraves no panorama brasileiro, especialmente nas redes públicas de ensino. Frequentemente, a responsabilidade recai sobre professores sem formação em biblioteconomia ou mesmo sobre funcionários administrativos. Campello (2015) descreve que os responsáveis pelas bibliotecas escolares são, na maioria, professores readaptados, sem orientação para desempenhar a função, o que, em alguns casos, acarreta mau uso do espaço e acervo, limitação de horários, precariedade dos serviços e até a desativação da biblioteca escolar. Tal situação inviabiliza a plena execução das atividades de fomento à leitura, pesquisa, mediação informacional e desenvolvimento de habilidades essenciais para a autonomia do aluno.

Adicionalmente, a desarticulação pedagógica da biblioteca com o restante da instituição é um fator crítico. Em muitos contextos, a biblioteca é percebida como um

apêndice da escola, desvinculada do projeto político-pedagógico e das atividades de sala de aula. Sua utilização restringe-se, em inúmeros casos, a empréstimos pontuais, sem um trabalho contínuo de mediação da leitura, fomento à pesquisa e integração efetiva com os conteúdos curriculares. Essa realidade impede que a biblioteca escolar transcenda o papel de mero depósito de livros e se consolide efetivamente como um espaço dinâmico de construção do conhecimento, alinhado ao paradigma da aprendizagem defendido por Campello (2012).

Por fim, as políticas públicas inconsistentes e os desafios na implementação da Lei nº 12.244/2010 agravam o cenário. A ausência de uma política nacional de bibliotecas escolares com financiamento adequado, diretrizes claras e mecanismos de avaliação e acompanhamento tem sido um fator limitante. Embora iniciativas como o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler), instituído pelo Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992 (Brasil, 1992), tenham representado esforços importantes, o problema da efetividade persiste. Em sua redação original, a Lei nº 12.244/2010 estabeleceu a obrigatoriedade de todas as instituições de ensino do país terem bibliotecas com acervo mínimo de um título para cada aluno matriculado e previa a universalização no prazo máximo de dez anos (Brasil, 2010, art. 2º, parágrafo único; art. 3º). Com a Lei nº 14.837/2024, o parágrafo único do art. 2º foi revogado e o prazo previsto no art. 3º passou a estar vinculado à vigência do Plano Nacional de Educação, além da criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE) (Brasil, 2024).

Nesse contexto, estudos recentes sobre as discussões nacionais acerca da Lei 12.244/2010 indicam que, apesar de o prazo de adaptação ter expirado, grande parte das publicações sobre o tema ainda se concentra em aplicações regionais, evidenciando que os desafios da universalização permanecem pauta de debate e implementação no país (Kafer; Vieira, 2024).

A atualização do marco legal, portanto, não elimina os desafios de implementação da política, uma vez que a efetivação das novas disposições depende da articulação entre os diferentes níveis de governo, das instituições de ensino e dos demais atores envolvidos (Brasil, 2024). Conforme apontam Kafer e Vieira (2024), a análise das publicações científicas sobre o tema revela que, embora haja um volume de estudos, estes frequentemente abordam aplicações regionais ou aspectos isolados da legislação, sem uma coordenação nacional que traduza a intenção legal em ações concretas e sistêmicas em todas as esferas de governo e de ensino. Essa dispersão de esforços dificulta a

construção de um plano de ação coeso e a alocação eficiente de recursos, contribuindo para a permanência do cenário de "miséria" da biblioteca escolar.

Adicionalmente, a questão da escassez de profissionais bibliotecários qualificados e a falta de articulação intersetorial emergem como desafios proeminentes na universalização das bibliotecas escolares. A ausência de um número suficiente de profissionais habilitados para gerir e dinamizar esses espaços compromete não apenas a organização dos acervos, mas, principalmente, a oferta de serviços pedagógicos essenciais, como a mediação da leitura e o desenvolvimento de habilidades informacionais. Soma-se a isso a limitada comunicação e colaboração entre diferentes órgãos governamentais e as próprias instituições de ensino, aspecto que dificulta a formulação e a execução de políticas públicas integradas que transcendam a mera exigência legal e contribuam para garantir a funcionalidade e a relevância pedagógica das bibliotecas escolares (Kafer; Vieira, 2024).

Em síntese, os desafios apresentados – infraestrutura precária, acervos inadequados, ausência de profissionais qualificados, desarticulação pedagógica e a ineficácia das políticas públicas – configuram um quadro complexo que impede a biblioteca escolar de desempenhar seu papel pleno no desenvolvimento educacional do país. A superação desses obstáculos exige uma abordagem sistêmica e integrada, reconhecendo a biblioteca não como um custo, mas como um investimento estratégico para a qualidade do ensino e a formação de cidadãos mais capacitados. Para isso, é fundamental compreender a biblioteca escolar como epicentro pedagógico, explorando suas funções essenciais e sua interação com o processo ensino-aprendizagem.

3 A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO EPICENTRO PEDAGÓGICO: FUNÇÕES ESSENCIAIS E INTERAÇÃO COM O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A biblioteca escolar ultrapassa a função de espaço destinado à guarda e à disponibilização de livros. Sua dimensão educativa se concretiza quando o acervo, os recursos informacionais, as práticas de leitura, pesquisa e mediação são articulados às necessidades de aprendizagem e ao currículo escolar. Nessa perspectiva, a biblioteca integra o processo educativo e contribui para a criação de situações de aprendizagem, apoiando o trabalho docente e o desenvolvimento curricular. Durban Roca (2012) compreende a biblioteca escolar como um recurso facilitador dos processos de ensino e

aprendizagem e como um contexto no qual a interação com diferentes recursos favorece práticas de leitura e aprendizagem.

É nesse sentido que, neste estudo, a biblioteca escolar é compreendida como um epicentro pedagógico. A expressão designa um espaço articulador de sujeitos, recursos e práticas educativas, aproximando estudantes, professores, currículo, informação, leitura e pesquisa. Não se trata de atribuir à biblioteca uma função de centralização das atividades pedagógicas da escola, mas de reconhecer sua capacidade de reunir e dinamizar diferentes possibilidades de aprendizagem. Essa concepção aproxima-se da compreensão da biblioteca escolar como uma estação do conhecimento, na qual o espaço informacional assume uma dimensão educativa e favorece a circulação, a apropriação e a produção de conhecimentos (Perrotti; Verdini, 2008).

Ao atuar de forma articulada com as áreas do conhecimento, a biblioteca pode contribuir para projetos interdisciplinares, atividades de leitura, pesquisas escolares e produção de conhecimentos. Essa atuação amplia o uso do espaço para além da consulta ao acervo e possibilita que os estudantes desenvolvam práticas de investigação, reflexão e construção de sentidos a partir de diferentes fontes e linguagens.

Em uma realidade marcada pela multiplicidade de fontes e formatos informacionais, a biblioteca pode constituir um ambiente privilegiado para o desenvolvimento dessas habilidades, contribuindo para que o estudante não apenas tenha acesso à informação, mas aprenda a utilizá-la na construção do conhecimento. Essa ampliação da função educativa está relacionada à passagem de uma concepção centrada predominantemente na leitura para outra orientada à aprendizagem, conforme discutido por Campello (2012).

A importância da biblioteca como componente da estrutura educacional também encontra respaldo em evidências sobre sua contribuição para a aprendizagem. A presença da biblioteca escolar é apontada como elemento relevante da infraestrutura das escolas públicas de ensino fundamental (UNESCO, 2019). Da mesma forma, indicadores relacionados à qualidade das bibliotecas escolares apresentam relações positivas com o desempenho dos estudantes em Português e Matemática e com o Ideb, especialmente em escolas em situação de maior vulnerabilidade (Instituto Pró-Livro, 2019). Esses achados reforçam a compreensão da biblioteca como parte efetiva da estrutura educacional e não como elemento acessório do processo de escolarização.

Para que essa função se efetive, entretanto, é necessário que a biblioteca esteja integrada ao planejamento e às práticas pedagógicas da escola. A colaboração entre bibliotecário e professores constitui, nesse contexto, elemento fundamental para que os recursos da biblioteca sejam mobilizados em situações concretas de ensino e aprendizagem. Essa integração permite que a biblioteca deixe de funcionar como espaço isolado e passe a participar do cotidiano pedagógico da instituição.

Os estudos de Todd e Kuhlthau (2001a, 2001b) reforçam essa perspectiva ao evidenciarem a contribuição das bibliotecas escolares para diferentes dimensões da aprendizagem dos estudantes, entre elas o desenvolvimento de habilidades de pesquisa, escrita, pensamento de nível superior, resolução de problemas, interpretação, aprendizagem autônoma e uso competente e ético das tecnologias da informação.

Na perspectiva dos professores, Todd e Kuhlthau (2001b) destacam que bibliotecas escolares eficazes estão associadas a práticas que favorecem o envolvimento dos estudantes com a aprendizagem e ampliam as possibilidades de utilização dos recursos informacionais no desenvolvimento das atividades escolares. A percepção dos docentes evidencia, assim, que a atuação da biblioteca não se restringe à disponibilização de materiais, mas pode contribuir para o processo educativo quando seus recursos e serviços estão articulados às necessidades de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, a biblioteca pode apoiar o desenvolvimento do currículo, participar de projetos e atividades educativas e oferecer condições para que os estudantes desenvolvam práticas de leitura, pesquisa e produção de conhecimento. Sua atuação, portanto, depende menos da simples existência de um espaço físico e mais da forma como este é integrado ao projeto educativo da instituição.

Assim, compreender a biblioteca escolar como epicentro pedagógico significa reconhecer sua capacidade de articular diferentes dimensões da experiência educativa: recursos informacionais e tecnológicos, práticas de leitura e pesquisa, currículo, trabalho docente e necessidades de aprendizagem dos estudantes. Sua centralidade não decorre simplesmente da quantidade de livros ou da realização de atividades pontuais, mas da integração intencional desses elementos às práticas educativas. Quando essa articulação se efetiva, a biblioteca deixa de ocupar uma posição periférica e passa a constituir um espaço de aprendizagem, conhecimento e participação no cotidiano escolar.

3.1 FOMENTO À CULTURA DA LEITURA E À COMPETÊNCIA INFORMACIONAL

Um dos pilares historicamente reconhecidos da biblioteca escolar é o fomento à leitura em suas múltiplas dimensões, aliado ao desenvolvimento da competência informacional, essencial para a formação integral do aluno e sua participação ativa na sociedade do conhecimento. Como enfatizado por Lourenço Filho (1946, p. 4), "Ensino e biblioteca não se excluem, completam-se. Uma escola sem biblioteca é instrumento imperfeito", indicando que a biblioteca possui um papel ativo que transcende a mera guarda de livros. Essa perspectiva também está presente no Manifesto IFLA/UNESCO para a Biblioteca Escolar (1999), que atribui à biblioteca funções relacionadas ao desenvolvimento do hábito e do prazer da leitura e da aprendizagem, bem como ao desenvolvimento de habilidades para avaliar e utilizar a informação.

Para que esse estímulo ocorra de forma significativa, a biblioteca deve se constituir como um espaço dinâmico de mediação cultural e informacional. Isso envolve, como destaca Souza (2009), a mediação da leitura literária, que não se limita ao acesso ao texto, mas envolve sua fruição, interpretação e o fomento ao diálogo crítico. Polke (1973) também destaca as possibilidades oferecidas pela proximidade entre biblioteca, sala de aula, professor, bibliotecário e aluno, favorecendo a busca e a descoberta por meio de diferentes textos. Estratégias como clubes de leitura, círculos de debate, rodas de contação de histórias e atividades lúdicas podem contribuir para construir uma relação significativa com o livro e despertar o interesse pelo universo da ficção e do conhecimento.

Paralelamente ao fomento à leitura, a formação da competência informacional constitui uma função primordial da biblioteca escolar. Campello *et al.* (2002) enfatizam seu papel educativo na capacitação do aluno para localizar, selecionar e interpretar informações em diversos suportes. Nessa perspectiva, a biblioteca não atua apenas como apoio à leitura, mas também como espaço de busca de informação e desenvolvimento de habilidades necessárias à aprendizagem independente (Campello; Silva, 2000).

As Diretrizes da IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares (2002) ampliam essa perspectiva ao contemplarem habilidades relacionadas ao estudo, à aprendizagem autônoma, à avaliação crítica da informação, à organização e à comunicação do conhecimento. O desenvolvimento da competência informacional torna-se, assim, particularmente relevante diante da multiplicidade de fontes e formatos informacionais disponíveis na atualidade. A diversificação e a atualização contínua do acervo contribuem,

nesse contexto, para atender à pluralidade de interesses e às demandas curriculares, ampliando as possibilidades de acesso à informação e à cultura.

3.2 SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO CURRICULAR E À APRENDIZAGEM INVESTIGATIVA

A biblioteca escolar desempenha papel relevante no desenvolvimento e no aprimoramento do currículo, oferecendo suporte às práticas de ensino e pesquisa. Essa função pressupõe que suas atividades estejam integradas ao currículo e ao planejamento pedagógico da escola. Como contexto de aprendizagem, a biblioteca contribui para a aquisição de conhecimentos e para o compartilhamento de saberes na unidade educacional (Durban Roca, 2012).

Nesse contexto, a biblioteca constitui espaço favorável à aprendizagem investigativa, permitindo aos alunos aprofundar conhecimentos e desenvolver habilidades de pesquisa. O bibliotecário, em parceria com os professores, pode auxiliar na exploração de temas, na localização de fontes e na utilização de estratégias de pesquisa, aproximando os recursos informacionais dos objetivos de aprendizagem.

Nessa perspectiva, a biblioteca escolar pode constituir um espaço de conexão de ideias e construção de conhecimento, favorecendo a formação de aprendizes autônomos (Campello, 2012). Ela apoia projetos interdisciplinares, oferecendo materiais e auxiliando na coleta, organização e sistematização de informações, o que contribui para o trabalho em equipe e para a construção coletiva do conhecimento. Ao funcionar como espaço privilegiado para a pesquisa e a reflexão crítica e autônoma, a biblioteca contribui para a formação de alunos capazes de buscar, selecionar, analisar e utilizar informações de forma crítica.

Cabe, portanto, à articulação com professores e à comunidade escolar assegurar que esse potencial seja plenamente aproveitado. Quando professores e bibliotecários planejam atividades e alinham recursos às demandas curriculares, ampliam-se as possibilidades de utilização pedagógica da biblioteca. A participação da comunidade escolar, por sua vez, contribui para ampliar seu sentido como espaço cultural e educativo.

3.3 ARTICULAÇÃO COM PROFESSORES E A COMUNIDADE ESCOLAR

A plena efetivação da biblioteca escolar como epicentro pedagógico depende também de sua capacidade de articulação com os professores e com a comunidade

escolar. Essa interação contribui para que a biblioteca se configure como suporte ao processo educativo e como espaço integrado à dinâmica da instituição. O Manifesto IFLA/UNESCO para a Biblioteca Escolar (1999) destaca a importância do trabalho conjunto entre estudantes, professores, administradores e famílias para o alcance dos objetivos da escola, bem como da promoção dos recursos e serviços da biblioteca junto à comunidade escolar.

A colaboração entre o bibliotecário e o corpo docente constitui elemento essencial dessa articulação. O bibliotecário pode contribuir para conhecer as necessidades de leitura dos alunos, integrar os serviços da biblioteca ao programa de ensino e acompanhar a oferta de novos materiais e recursos educativos. Essa parceria permite aproximar os recursos informacionais das atividades desenvolvidas em sala de aula e ampliar as possibilidades de aprendizagem.

Ademais, a biblioteca escolar oferece recursos para a formação continuada dos professores, com acervos atualizados que contribuem para sua atualização pedagógica e didática. O diálogo entre professores, bibliotecários e alunos permite contextualizar temas atuais e relevantes para a comunidade escolar. Essa cooperação pode se estender aos pais e demais membros da comunidade, ampliando a biblioteca como espaço cultural e educativo e fortalecendo os vínculos entre a instituição de ensino e seu entorno social. As Diretrizes da IFLA/UNESCO (2002) também reforçam a importância de programas e atividades em parceria com a comunidade e da formação dos usuários, incluindo os professores.

A cooperação entre escola, biblioteca, professores, comunidade e famílias contribui, assim, para transformar a biblioteca em um espaço ativo de aprendizagem e cultura. Nessa perspectiva, sua função pedagógica se fortalece quando os diferentes atores da comunidade escolar reconhecem e participam de suas possibilidades educativas, favorecendo a integração de recursos, práticas e saberes em benefício da formação dos estudantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou desvelar as múltiplas facetas da biblioteca escolar no contexto educacional brasileiro. Como reflexão conclusiva, destaca-se que a superação das lacunas existentes exige muito mais do que diagnósticos recorrentes ou boas intenções: demanda um compromisso político e educacional robusto, sistemático e multifacetado. É

imperativo que gestores públicos e formuladores de políticas não apenas reconheçam a importância da biblioteca escolar, mas também garantam o cumprimento efetivo do marco legal vigente, especialmente das disposições estabelecidas pela Lei nº 12.244/2010, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.837/2024, por meio de fiscalização rigorosa, alocação contínua e suficiente de recursos financeiros e implementação de programas de apoio técnico e pedagógico consistentes. Isso inclui a manutenção e modernização das infraestruturas físicas e tecnológicas, a constante atualização e diversificação dos acervos com foco em representatividade e inclusão, e o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE) e de redes estaduais de bibliotecas escolares que funcionem como redes de suporte ativo.

No âmbito das escolas, é fundamental que as instituições de ensino e seus gestores integrem organicamente a biblioteca ao projeto político-pedagógico, assegurando a participação do bibliotecário no planejamento educacional e fomentando uma cultura de colaboração entre este profissional e o corpo docente. É preciso valorizar o bibliotecário como agente pedagógico, investir na criação de espaços acolhedores e funcionais, e garantir que a biblioteca seja percebida e vivenciada como um verdadeiro laboratório de aprendizagem, e não como um depósito de livros.

Bibliotecários e professores, por sua vez, são chamados a assumir um protagonismo compartilhado na dinamização da biblioteca, planejando atividades em conjunto, desenvolvendo projetos interdisciplinares, mediando a leitura e a informação de forma qualificada, e conectando os recursos da biblioteca às necessidades curriculares e aos interesses reais dos alunos. Para tanto, a formação continuada em áreas como competência informacional, mediação de leitura e uso de tecnologias educacionais não é apenas desejável, mas essencial.

Além disso, as instituições formadoras — cursos de Biblioteconomia e Pedagogia — precisam revisar e fortalecer seus currículos, garantindo que os futuros profissionais estejam preparados para os desafios e as potencialidades da biblioteca escolar contemporânea, com foco em sua dimensão pedagógica, colaborativa e inovadora.

Como linhas de pesquisa futuras, este estudo sugere aprofundar investigações sobre o impacto concreto de bibliotecas escolares bem estruturadas no desempenho acadêmico e no desenvolvimento de competências dos alunos em diferentes contextos socioeconômicos brasileiros; explorar modelos de gestão e práticas pedagógicas inovadoras em bibliotecas que têm alcançado resultados positivos; e analisar a

implementação e os efeitos de políticas públicas específicas de fomento à biblioteca escolar, em nível estadual ou municipal.

A análise realizada sustenta a tese de que a dissonância entre o ideal de biblioteca escolar como epicentro pedagógico e a realidade precária observada no Brasil está relacionada, sobretudo, à histórica descontinuidade nas políticas públicas e à fragilidade de sua valorização como espaço pedagógico central, em um cenário também marcado pela escassez de recursos. Portanto, o grande desafio é transformar o reconhecimento teórico da importância da biblioteca escolar em ações concretas, sistêmicas e contínuas. Assegurar que cada escola brasileira conte com uma biblioteca escolar funcional, viva, acessível e integrada ao projeto educativo não é apenas uma meta desejável: é um imperativo para a democratização do acesso à informação, para a qualidade da educação e para a formação de cidadãos críticos, autônomos e comprometidos com uma sociedade mais justa, inclusiva e desenvolvida.

REFERÊNCIAS

ANNAES do Parlamento Brazileiro: Assemblea Constituinte, 1823: tomo primeiro: sessão em 3 de maio de 1823. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1874. p. 13-17.

ASSIS, Wanderlice da Silva. **Biblioteca escolar**: o discurso na legislação do ensino secundário brasileiro (1838-1969). Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

BRASIL. Constituição (1824). Carta de lei de 25 de março de 1824. **Colleção das leis do Imperio do Brazil de 1824**: parte 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. p. 7-36.

BRASIL. Decreto de 13 de novembro de 1823. Crêa um conselho de Estado e nomeia os respectivos membros. **Collecção das leis do Imperio do Brazil, 1823**: parte 2ª: decretos, cartas e alvarás. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. p. 86.

BRASIL. Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992. Institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler) e dá outras providências. **Col. Leis Ref. Fed. Brasi**l, Brasília, v. 184, n. 5, p. 805-900, maio 1992.

BRASIL. Decreto n.º 3.890, de 1º de janeiro de 1901. Approva o Codigo dos Institutos officiaes de Ensino Superior e Secundario, dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores. Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1901: volume I: actos do poder executivo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. p. 1-51.

BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Diário Oficial da União**, 2010. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/575886. Acesso em: 28 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE).

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 abr. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14837.htm. Acesso em: 31 ago. 2026.

BRASIL. Regulamento nº 8, de 31 de janeiro de 1838. Contém os estatutos para o Colégio de Pedro Segundo. **Collecção das leis do Imperio do Brasil**: 1838. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839. Tomo 1, parte II, secção 6, p. 61-96.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Biblioteca escolar**: conhecimentos que sustentam a prática. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Bibliotecas escolares e Biblioteconomia escolar no Brasil. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto; v. 4, n. 1, p. 1-25. 2015. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106613/105207. Acesso em: 27 fev. 2025.

CAMPELLO, Bernadete Santos *et al*. **A biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

CAMPELLO, Bernadete Santos; SILVA, Monica do Amparo. A biblioteca nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Presença Pedagógica**, v. 6, n. 33, p. 59-67, maio/jun. 2000.

CHIZZOTTI, Antônio. A constituinte de 1823 e a educação. *In*: FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileiras**: 1823-1988. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 31-53.

DURBAN ROCA, Glória. **Biblioteca escolar hoje**: recurso estratégico para a escola. Trad. Carlos Henrique Lucas Lima. Porto Alegre, RS: Penso, 2012.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. USP, 2001.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura em biblioteca escolar.** 2019. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/apresentac%CC%A7a%CC%83oparapublicar2019.pdf. Acesso em: 31 ago. 2026.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION (IFLA); UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Directrizes da IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares**. 2002. Disponível em: http://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt.pdf. Acesso em: 19 maio 2025.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION (IFLA); UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**. 1999. Disponível em: http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf. Acesso em: 19 maio 2025.

KAFER, Erica de Lima; VIEIRA, Keltty. Retrato das discussões nacionais sobre a atual situação das bibliotecas escolares e a Lei 12.244/2010. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, p. 1-16, 2024.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. Tomo II, livro V, cap. I.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. Tomo V, livro I, cap. IV.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. B. **O ensino e a biblioteca**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. 1ª Conferência da Série "A educação e a biblioteca", pronunciada na Biblioteca do DASP, em 05/07/1944.

PERROTTI, Edmir; VERDINI, Antonia de Sousa. Estações do conhecimento: espaços e saberes informacionais. *In*: ROMÃO, Lucília M. S. (org.). **Sentidos da biblioteca escolar**. São Carlos: Alphabeto, 2008. P. 13-40.

POLKE, Ana Maria Athayde. A biblioteca escolar e o seu papel na informação de hábitos de leitura. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 60-72, mar. 1973.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Questões da nossa época; v. 45).

SOUZA, Renata Junqueira de (org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas**: o mediador em formação. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. **Diagnóstico das bibliotecas escolares da rede pública estadual do Rio Grande do Norte**: seriam elas bibliotecas?. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2025.

TODD, Ross J.; KUHLTHAU, Carol C. Student Learning Through Ohio School Libraries, Part 1: How Effective School Libraries Help Students. **School Libraries Worldwide**, v. 11, n. 1, p. 63-88, 2001a.

TODD, Ross; KUHLTHAU, Carol C. Student Learning Through Ohio School Libraries, Part 2: Faculty Perceptions of Effective School Libraries. **School Libraries Worldwide**, v. 11, n. 1, p. 89-110, 2001b.

UNESCO. **Qualidade da infraestrutura das escolas públicas do ensino fundamental no Brasil.** Brasília: UNESCO, 2019.

Recebido em: 30 de maio de 2025
Aprovado em: 02 de novembro de 2026
Publicado em: 02 de novembro de 2026